

GUILHERME CARDOSO
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

ARRUDA DOS VINHOS – UMA ROTA PRIVILEGIADA

LISBOA
2010

Separata do
Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa
Série IV • n.º 95 • 2.º tomo • 2009

Execução gráfica
DPI Cromotipo

Arruda dos Vinhos – Uma rota privilegiada

A ORIGEM DO TOPÓNIMO

Da planta medicinal...

Tem-se apontado para étimo do nome da vila o fitónimo «arruda», nome vernáculo das plantas que Lineu baptizou de *Ruta chalepensis* e de *Ruta graveolens*, subarbustos, segundo escrevem os entendidos, da família das Rutáceas, subfamília das Rutóideas. O primeiro cultivava-se no território português; do segundo se afirma que cresce, espontâneo, em lugares secos e pedregosos.

Nada mais natural, portanto, que a abundância desse arbusto na região pudesse dar origem a um topónimo, embora, de um modo geral, o que nos apareça na Toponímia sejam os colectivos: Murtal, lugar de abundantes murtas; Carrascal, zona de carrascos; Zambujal, de muitos zambujeiros. Sabe-se, no entanto, que desse arbusto «as sumidades floridas possuem propriedades estimulantes» e que podem ser usadas como abortivo. Conhecedor o Homem, como sempre foi, das qualidades terapêuticas e outras dos vegetais que o rodeavam, nada impediria, à primeira vista, que estivéssemos, na verdade, perante mais um dos frequentes casos de nomes de terras gerados a partir de plantas. Assim o entende Filipe Soares Rogeiro, na sua monografia (1997), que escreve expressamente: «Arruda é um género de plantas de cheiro activo, folhas amargas, que têm aplicações medicinais, como febrífugo e estimulante».

E, depois de se referir ao nome botânico e ao seu habitat, conclui, sem tergiversar: «O nome da vila terá sido adoptado pela abundância, na região, desta planta, que gozava de fama imunizante de contágios».

A favor da sua hipótese, aduz Filipe Soares Rogeiro um argumento histórico incontestável: «Por esse motivo se terá retirado para Arruda, com a sua Corte, D. Manuel, refugiando-se de uma peste em Lisboa, até que esta cessasse» (p. 15).

Aludindo, em seguida, ao hábito que dos séculos XVII e XVIII se conhece de médicos e cirurgiões levarem «sempre, bem agarrado na mão esquerda, um galhinho de arruda e mais o terço de contas...», explica que, «em fase tardia», esta

Arruda se terá começado a chamar «dos Vinhos», atendendo à «qualidade e fama das vinhas da região» e para se distinguir da Arruda dos Pisões, freguesia do concelho de Rio Maior. Assim apareceria já, em 1828, no *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da vila (ib.)*.

Sucedo, porém, que, apesar de tudo, não obstante a lógica desta explanação, «arruda dos vinhos» não soa lá muito bem, pois que não ligam, na Natureza, arrudas e videiras. De resto, registam os dicionários a arruda-dos-muros, planta medicinal do Brasil que Lineu apelidou de *Asplenium ruta muraria*; e a arruda-galega; «dos vinhos», nada.

Teremos, pois, certamente, de procurar outro caminho.

... à rota privilegiada

Embora ocupada desde tempos imemoriais – como adiante falaremos –, nomeadamente em tempo de Romanos, não é conhecido topónimo latino que possa estar na base do nome da povoação. Aliás, considera-se pouco provável que ali se tivesse implantado, na época romana, algum aglomerado urbano de monta, atendendo a que a morfologia do terreno se prestava, sobretudo, à instalação de *villae*, de que – como assinalaremos – as actuais quintas serão as herdeiras mais directas.

Em latim, nada de igual existe; mas o certo é que, num documento da Torre do Tombo (*Forais Antigos*, maço 12, nº 3), datado de Coimbra, no mês de Junho de 1172, o nosso primeiro rei, D. Afonso, «una cum filio meo rege Sancio et filia mea regina Tharasia» (assim diz), doa a D. Pedro Fernandes e ao conde D. Rodrigo «villa mea propria que vocatur Arruta», ou seja, a sua vila, a que dão o nome de Arruda. A doação será posteriormente confirmada, por exemplo, por D. Afonso II, sua mulher e filhos, como era de uso, por carta datada de Santarém, aos sete dias das calendas de Fevereiro da era de 1256, ou seja, a 26 de Janeiro de 1218. Pertencem os donatários à Ordem de Sant'iago, à qual, aliás, já em 1207, por delegação do papa Inocência III, se ratificava a pertença da respectiva capela de Arruda, cabendo ao capelão celebrar os ofícios litúrgicos para os freires e mulheres «que na casa viverem».

«Arruta» é, pois, a latinização do nome por que a terra era conhecida. Para entendermos melhor o seu significado, talvez valha a pena, porém, socorrermos de testemunhos antigos. Estudou-os, em síntese, Fernando Castelo-Branco (1963) que, a propósito do escoamento dos vinhos portugueses na Idade Média (pois que da Antiguidade pouco se sabe e também não vem ao caso), assinala

claramente a existência de quatro rotas fundamentais. Uma, no Norte do País, que era, naturalmente, o vale do rio Douro, pelo Porto. Outra, pela costa algarvia, pois que «os forais de várias localidades algarvias da segunda metade do século XIII (Silves, Castro Marim, Loulé, Faro e Tavira) se referem à exportação de vinhos por mar» e, por isso, se pode «considerar o Algarve como outra zona produtora de vinhos para exportação» (p. 53). Como, em carta de 1294, el-rei autorizava o abade e o Mosteiro de Alcobaça, ou quem lho tivesse comprado, a «tirar da minha terra para onde quiserem, sem embargo nenhum, seu vinho e seu sal», conclui Fernando Castelo-Branco que também «dos coutos de Alcobaça se exportava vinho para o estrangeiro» (pp. 52-53).

A quarta rota é a que mais nos interessa, pois que, em 1403 – é ainda F. Castelo-Branco que o relata –, houve três navios prussianos vindos de Lisboa que foram apresados por Ingleses. Os documentos que dão conta da ocorrência são todos eles claros na menção de que, no carregamento, havia vinho de «asoye» ou, segundo outras versões, «azoy», «azoye», «asoy», etc. Discutiu-se longamente a origem deste vinho: francês (da região de Auxois?) e Oliveira Marques dirimiu com segurança a contenda, optando por uma origem não de qualidade, mas geográfica: seria um vinho «da Azóia», topónimo frequente entre nós. Um outro documento, já de finais do século XV (1490-1491), fala mesmo do «vinho de Lisboa chamado ansoye» (*ob. cit.*, pp. 53-54). Há duas Azóias na região de Lisboa: uma no concelho de Vila Franca de Xira, outra no termo de Colares, em plena vertente ocidental da serra de Sintra, a caminho do cabo da Roca. Atendendo a que o vinho de Colares era famoso – tanto o corrente como, sobretudo, o generoso –, a Fernando Castelo-Branco «parece mais natural que daqui fosse oriundo esse vinho, do que da zona de Vila Franca de Xira». À primeira vista, essa hipótese afigurava-se extremamente verosímil. Só o é, no entanto, para quem desconheça a orografia da região: como poderiam carregar-se navios do alcantilado dessa costa, com um que outro pequeníssimo abrigo de pescadores?

A Azóia referida é, quanto a nós, a outra, que permanece: Santa Iria da Azóia, estuário do Tejo adentro, na margem direita.

Ora, se observarmos com atenção um mapa – quer antigo quer moderno –, de Santa Iria da Azóia a Arruda é um passo, por caminho bom. De resto, o itinerário era conhecido e bem andaram Carlos Gil e João Rodrigues quando assinalaram, no âmbito dos caminhos de Santiago, a importância de Santiago dos Velhos, uma das freguesias de Arruda. Vale a pena reler:

No cimo de uma de várias pequenas colinas, despidas e selvagens, encontramos a aldeia. [...]

A povoação terá sido fundada por cruzados no século XII (após a conquista de Lisboa?), e o seu nome vem, segundo a tradição, do facto de, não havendo missa na freguesia, os “velhos” de Santiago irem a Lisboa à Sé Catedral ouvi-la, por ocasião da festa de Santiago (25 de Julho). Ainda muita gente se lembra de que, por essa ocasião festiva, a procissão com a imagem do Apóstolo não saía da Sé sem que estivesse presente a irmandade dos velhos que vinham com o pendão da aldeia de Santiago. Daí resultou o topónimo» (*ob. cit.*, pp. 47-48).

Resulta bem claro do texto a facilidade de comunicações existente entre as duas localidades; e, por outro lado, Arruda como ponto de passagem no que terá sido, sem dúvida, um dos percursos mais importantes, desde tempos imemoriais.

E, se observarmos o mapa, que vemos, um pouco mais a norte? «Dois Portos». Curiosamente, a meio caminho entre Arruda e Torres Vedras. Conhece-se sobejamente o significado de «porto»: é ‘porta’, ‘lugar de passagem’ e se, de observação em observação, olharmos, como quem não quer a coisa, para um mapa de produção de vinhos, que nos salta à vista? Torres, sim, é zona vinhateira por excelência! Arruda tem vinhas; não há nenhuma das suas quintas que não alicerce na produção de vinho boa parte da sua economia; mas as diferenças de produção são notórias. No seu relatório de estágio, o Eng.º Francisco Paula Alves de Bettencourt Borges indica, para Arruda, em 1964, uma produção por hectare da ordem das 71 540 pipas, enquanto Torres Vedras detém 686 957. É considerável, mas não excepcional.

Ocorre, pois, indagar: por onde escoava Torres o seu vinho? Que caminho seguiam os almocreves? Por onde o despachariam por mar? E a resposta afigura-se-nos bem simples: pela Azóia, como se diz no documento antigo. Por Santa Iria da Azóia. E, para lá chegar, o caminho, a rota era... Arruda!

Por conseguinte, está explicado o que mais adiante Fernando Castelo-Branco procura indagar, quando se apercebe da quantidade de documentos que, explícita ou implicitamente, se referem à exportação de vinho pelo porto de Lisboa (vinho esse que era privilegiado na Flandres), mormente tendo em conta a informação de que, no reinado de D. Fernando, saíam de Lisboa, «apenas em uma carregação, 12 000 tonéis de vinho». Para Fernando Castelo-Branco, só havia uma explicação: «Da Estremadura e de parte do Ribatejo, de Setúbal, Alcácer, Sines,

Odemira e do Algarve deviam ser oriundos a maior parte dos vinhos embarcados em Lisboa» (p. 54).

Não é preciso ir tão longe: os vinhos vêm de Torres, por Arruda!...

Creemos, portanto, ter chegado ao cerne da nossa demonstração: encontra-se Arruda no âmago de um grande itinerário, pois por ali, desde sempre (ousaríamos dizer), se processou o transporte de vinhos e, com ele, vieram povos, culturas, universalidades...

E como o demonstrar? Muito simples!

Como se diz «estrada», «caminho», nas línguas indo-europeias? O étimo é bem evidente: no vocábulo inglês «road», na «route» francesa, na «rota» de Portugal...

«Arruda dos Vinhos» era... «a rota dos vinhos»! Ali se produziam, é certo; mas era, sobretudo, por ali que eles passavam.

Fica, pois, bem patente o carácter de «passagem», de veículo de comunicação que Arruda traz consigo desde as mais remotas eras. Já desde a época romana, pois que, precisamente em Dois Portos, se cruzavam duas vias e por aí perto existiria (ainda se não identificou) a *villa* de uma família notável, a dos *Quinti Coeli*, de fortes ligações com *Olisipo*, a Lisboa dos Romanos.

Excelente via de penetração para Norte a partir do Tejo, é, também, através desse mesmo Tejo, importante pólo de dispersão para as mais desvairadas partes do Mundo. Daí que, ao longo da História, encontremos Arrudenses, por exemplo, no Brasil (António Pais de Sande foi governador do Rio de Janeiro, João de Macedo Corte Real, tenente-general de artilharia em Pernambuco) e, na Índia, Vicente Pereira de Castro e António de Castro e Sande foram aí governadores.

É tempo, pois, de nos quedarmos um pouco pelo seu território e, depois de uma fugaz panorâmica histórica, que nos detenhamos de modo particular no edifício da actual biblioteca municipal, eloquente em cada pormenor que lhe vamos surpreender e – porque não? – nalguns dos inúmeros motivos que constituem o orgulho da vila e que aos forasteiros interessará conhecer.

Arruda, rota de passagem. Mas, no caminhar, há tempo para movimento e tempo para repousar. Agora, sentemo-nos e saboreemos paisagens e tradições.

PAISAGENS

A geologia

Apresentando diversos estratos do período Jurássico, os solos de Arruda dos Vinhos são formados por calcários, margas, argilas e arenitos.

Na verdade, nas regiões a norte do Tejo, o chamado «Pteroceriano» mostra uma certa variabilidade, marcada sobretudo pela presença ou ausência de calcários. Deste modo, enquanto na região a ocidente de Torres Vedras é constituído, exclusivamente, por um complexo de grés e de margas mais ou menos fossilíferas, a oriente, entre Torres Vedras e Alhandra, assistimos a uma alternância de níveis gresimargosos e de calcários.

Assim, descendo em direcção a Arruda, os grés compactos assentam sobre margas com massas irregulares de polipeiros. As margas ocupam o vale e as vertentes, coroadas por uma cornija com polipeiros; as de Abadia formam, por seu turno, um afloramento de cerca de 13 quilómetros de comprimento e de 10 quilómetros de largura.

Segundo os geólogos, é possível distinguir aqui dois níveis sucessivos de calcários, de cima para baixo: os oolíticos e os recifais, de Trancoso. Os estratos mais antigos parecem aflorar entre Arruda dos Vinhos e Cachoeiras. Já na área de Arruda, os acidentes corálicos são bem desenvolvidos no nível superior, formando verdadeiros recifes; a sul, os calcários corálicos de Amaral mostram-se em grandes massas formadas por polipeiros, espongiários, etc.

O povoamento

Serras e montes de considerável elevação constituem a tipologia do território, propício, por isso mesmo, a um povoamento disperso aqui, aglomerado mais além, consoante as disponibilidades de espaço e a necessidade de se abrigar, alguma maneira, dos ventos que amiúde sopram das cumeadas.

O clima, aliás, sempre foi variável, conhecendo invernos frios, húmidos, rigorosos, que os dois principais cursos de água – a ribeira da Pipa e a das Alcobelas – não logram amenizar, até porque são de regime temporário e secam na quadra estival.

Dos 7 749 hectares que constituem a área total do concelho, 7 162 prestam-se à agricultura, ou seja, apenas 7,56% das terras podem considerar-se pratica-

mente improdutivas. Se, por outro lado, atendermos a que o número de proprietários do concelho ronda os quatro milhares, verificaremos que a dimensão média da propriedade é da ordem dos 1,8 hectares, correspondendo, portanto, a uma interessante fragmentação.

Vinhedos, pomares e searas dominam, pois, a paisagem. E, assim, os verdes espriam-se ondulantes, pontilhados da brancura dos casais e mansões de quintas, aquecendo as tardes de Outono, qual manta de retalhos, o vermelho-alaranjado das videiras por podar...

PINCELADAS DE HISTÓRIA

Arruda ao tempo dos Romanos

Situado na zona norte do *ager Olisiponensis*, o território do actual concelho de Arruda dos Vinhos foi, desde os primeiros tempos, alvo da colonização romana.

Motivos dessa preferência: a riqueza do solo e a relativa amenidade do clima, por um lado; a localização em excelente zona de passagem entre o estuário do Tejo e as zonas mais a norte, como já vimos. Era como que um enclave entre dois. Para mais, desde cedo a cultura da vinha aí se tornou preponderante.

Diversos são os vestígios da ocupação romana do território. E se, de acordo com os últimos trabalhos de investigação, a principal via romana de *Olisipo* – a *Bracara Augusta* – não passava directamente por ali, o certo é que Arruda e, mais concretamente, Santiago dos Velhos terá sido, desde sempre, ponto de passagem obrigatório entre o Tejo e Dois Portos, escoando-se por ali os importantes produtos agrícolas que faziam parte das riquezas da época.

Já se identificaram, a nível da ocupação do solo, por exemplo *villae* ou casais (são prova disso os actuais Casal do Letrado e Casal das Pias); e do próprio Sítio do Castelo se exumaram moedas republicanas (dois denários de 153 a. C. e outro de 134 a. C.), uma fíbula de prata da segunda metade do século I a. C. (do género das usadas habitualmente pelos legionários romanos) e muitos fragmentos de cerâmica, designadamente de contentores de alimentos e também de campariense A, tipo de cerâmica datável igualmente desses primeiros tempos da vinda dos Romanos. Tudo leva a crer, portanto, que por Arruda passaram, desde logo, os Romanos na sua marcha para norte, com vista à dominação do novo território, que se lhes afiguraria, já então, quase como uma «terra prometida».

Zona de passagem foi-o também – e necessariamente – zona ampla de aculturação entre indígenas e Romanos. Disso são prova, para já, os nomes que figuram nos três epitáfios conhecidos. Do já citado Casal das Pias provém uma interessantíssima estela, que assinalava o local de sepultura de *Annia Maxsuma*, filha de Marcos. Se o nome de família – *Annia* – leva a pensar em gente vinda de fora, o certo é que a grafia *Maxsuma*, com o S a sublinhar a necessidade de se ler o X como CS, é vestígio evidente da linguagem oral, de quem ainda não sabe muito bem como são as regras da Onomástica romana; por isso que também o nome do pai venha referido após o *cognomen*. Aliás, que vemos como elementos decorativos dessa pedra? Rosáceas, crescentes lunares, *tabulae ansatae*..., numa estranha comunhão e íntima convivência entre a gramática decorativa de raiz local e o que era mais nobre entre os Romanos no que aos letreiros epigráficos diz respeito: a *tabula ansata*, usada para documentos solenes...

Outro dos epitáfios é, ainda, mais sintomático do ponto de vista formal: a estela de Santiago dos Velhos. Diríamos, à primeira vista, que estamos perante uma «pedra formosa», daquelas que surgem em castros proto-históricos, dado o seu amplo topo arredondado com bandas paralelas. O nome da defunta surge abaixo, em tabelas, e a Onomástica que ostenta é tipicamente indígena, embora escrita em latim: AMOENA MAELGEINI, «Amena, de Malgeino». Um horizonte cultural já com influências romanas, é certo, mas profundamente indígena na escolha dos nomes – *Amoena* detém um significado concreto muito marcado: é a menina simpática, de rosto afável e bom trato; *Maelgeinus*, ao invés, com esse E a mais na primeira sílaba (outro reflexo nítido da linguagem oral a que não corresponde a latinização corrente), um nome tipicamente lusitano; a ausência da palavra *filius* mais acentua o carácter indigenizante.

E os Romanos por ali estiveram longo tempo. Prova-o, por exemplo, a ara que se exumou do Casal do Letrado. A tipologia é tipicamente romana (note-se, por exemplo, o espigão inferior para a fixar num soco sobre a sepultura), mas a grafia denota ainda alguma ignorância de regras ou alguma incapacidade de solicitar a uma oficina epigráfica (haveria?) que, de compasso e escantilhão, regularmente inscrevesse os dizeres no campo epigráfico disponível. E tudo resultou tosco, desconexo, embora a mensagem permaneça intacta e isso era o que interessava. Consagrava-se o local aos deuses Manes de Júlia Rufina, infelizmente falecida com apenas dois anos de idade. A irregularidade da escrita leva-nos, porém, a pensar que já estaremos num outro horizonte cronológico, quiçá a parte final do século II da nossa era. E se estivermos perante uma obra da população

local, menos letrada, mas que já o era suficientemente para mandar erigir epitáfio com essa simplicidade em honra de quem tão precocemente deixara o mundo dos vivos?

Estão ainda por identificar cuidadosamente os aglomerados urbanos que polvilhariam, decerto, o território, até para dar um pouco de organização à actividade económica, para mais facilmente se recolherem impostos e se fazerem circular as notícias. Estamos em crer que rapidamente também isso virá a lume e até quase ousaríamos afirmar que, por baixo de cada quinta, poderá estar uma *villa* romana. Porque não?

Neste momento, porém, interessa sublinhar que, já na época romana, Arruda dos Vinhos exerceu papel preponderante. Como pólo de atracção, como zona de passagem, como importante área criadora de riqueza, mormente vitivinícola.

Em tempos medievais

Como já tivemos ensejo de sublinhar, após a conquista de Lisboa aos Mouros, em 1147, D. Afonso Henriques, o primeiro rei português, tenta consolidar a fronteira sul do território através de uma política de colonização do termo de Lisboa, fazendo doações de terras a Cristãos oriundos do Norte da Europa.

Inicialmente, é doada a povoação de Arruda e o seu território a um grupo de Ingleses, em 1160, segundo a tradição, como paga pelos seus préstimos na guerra contra os Mouros.

Mais tarde, em 1172, el-rei D. Afonso Henriques doa à Ordem Militar de Sant'Iago a vila de Arruda. Logo após dela terem tomado posse, mandam os freires construir, numa propriedade no Vilar, a poente de Arruda, um mosteiro para as mulheres dos militares da Ordem nele se recolherem, quando os maridos partissem para as campanhas. Mais tarde, na segunda metade do século XIII, a Ordem mandou construir outro mosteiro em Santos-o-Velho, de Lisboa, e as comendadeiras mudaram-se para lá.

Passados vinte e quatro anos, em 1184, o sultão de Marrocos, Abu Ya'Kub Yusuf, à frente de um grande exército, ataca a cidade de Santarém. Teve, porém, de desistir, porque, como é sabido, os Portugueses lograram preparar uma defesa eficaz e foram auxiliados também pelo rei leonês. No entanto, segundo rezam as crónicas, vários corpos de tropas almóadas terão aproveitado para fazer razia em diversos pontos da Estremadura, nomeadamente em Arruda, que cercaram, deitando por terra trechos de muralhas e levando cativa muita gente.

Arruda foi sempre desempenhando um papel não secundário nas vicissitudes por que foi passando a história de Portugal, nesses longínquos tempos medievos, e consta que à terrível peste negra de 1346-1348 lograram escapar os seus habitantes.

Em tempos modernos

D. Manuel I outorgou-lhe foral novo, datado de Lisboa aos quinze dias do mês de Janeiro de 1517. E el-rei teve em muito apreço as gentes arrudenses, pois lá o acarinharam aquando doutra peste que assolou a capital. Por isso se diz que lhe pertenceu a iniciativa de mudar a invocação da igreja matriz de Santa Maria de Arruda para Nossa Senhora da Salvação. De resto, por essa altura, entre 1525 e 1531, sofreu o templo profunda reedificação.

E, com provisão real e a expensas do povo, se fundou, em 1574, a Santa Casa da Misericórdia, dotada de hospital sob invocação do Espírito Santo.

Anos depois, aquando da tentativa de D. António, prior do Crato, de fazer frente às tropas do poderoso rei castelhano Filipe II, por Arruda terão passado os reforços ingleses que haviam desembarcado em Peniche e se dirigiam para Lisboa. Mas... como eram sedutoras as adegas arrudenses!... Chegaram, pois, à capital em muito mau estado (reza a tradição), esses inoperantes «amigos de Peniche»...

As Invasões Francesas

Para defender Lisboa das arremetidas napoleónicas, criou o general em chefe das tropas portuguesas, Wellington, uma linha de fortificações: as conhecidas «Linhas de Torres». Lá estão, na zona de Arruda, os fortes do Moinho do Céu, da Carvalha e de Infesta.

Situando-se Arruda nessa zona de passagem, sofreu, naturalmente, o primeiro embate do invasor. As tropas francesas, que chegaram a acampar na vila, não lograram os seus objectivos militares, dada a resistência oferecida; no entanto, andou a soldadesca pelas adegas da região e saqueou o que pôde.

Como documento interessante dessa época, temos um sermão, cujo frontispício Filipe Soares Rogeiro reproduz, na página 28 da sua monografia. É de «acção de graças pela feliz restauração de Portugal» e – pasme-se! – foi «recitado na paroquial igreja de Nossa Senhora da Salvação da Vila de Arruda». Seu autor, Luís Vilela da Silva, «presbítero secular, cavaleiro da Ordem de Cristo e chantre

nomeado da Real e Insigne Colegiada de Santa Maria da Alcáçova da Vila de Santarém», ofereceu-o ao senhor D. António de São José de Castro, bispo do Porto, patriarca eleito de Lisboa, que era, então, um dos governadores do Reino. A sua importância terá sido tal, mesmo a nível do País, que a própria Imprensa Régia se encarregou de o dar à estampa, em 1811.

Arruda sempre presente nas teias da história pátria.

E caberia aqui um excuro sobre as peripécias que antecederam a restauração do concelho, a 13 de Janeiro de 1898, com as freguesias que hoje tem (Arranhó, Arruda dos Vinhos, Cardosas e Santiago dos Velhos). Disso outros trataram já, com suficiente erudição e pormenor – que nos dispensam repetições, decerto mais adequadas noutros contextos.

O EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA, DOCUMENTO SINGULAR

E, antes de traçarmos apetitosa panorâmica sobre locais a visitar – ah! que apeteceria partir por essas quintas, de tamanha tradição, a do Linhó, a da Ponte, a do Morgado, a de São Miguel, a da Capelá, de São Sebastião..., mas foi viagem que Paula Ferreira e Paulo Câmara eloquentemente acabam de fazer e, por isso, para eles remetemos... –, demoremo-nos um pouco num edifício singular: o Palácio do Morgado, hoje Biblioteca Municipal Irene Lisboa, em homenagem a uma ilustre escritora arrudense (1892-1958).

É um edifício vasto, com amplo pátio interior. Repararemos, mais tarde, que as ombreiras duma das portas que para ele dão foram cortadas para que as pipas pudessem passar. Entremos nós também, pela porta principal, que uma linda varanda de ferro forjado alegremente encima, na janela principal de orgulhoso brasão.

Poderíamos atentar nos azulejos. Há, no entanto, outros pormenores que mais nos seduzem. Sim, aquele medalhão oval, a recordar vagamente cenas de uma longínqua China: a vegetação, as aves, o conjunto... Mas a dama é mulher do campo, ceifeira de foice na mão e braçado de trigo na outra. Um hino à agricultura cerealífera.

Aquele outro, oval também, já mostra caçador com seu fiel companheiro, tendo, em plano segundo, pequeno barco à vela. Dir-se-ia a caça e a pesca – caça de que dá conta mais explícita o painel quase junto ao tecto, onde o caçador aponta espingarda à caça grossa que se divisa mais além, e aqueloutro, no qual cruzam a ponte dois caçadores também, de espingarda ao ombro; pesca de que

outro painel dá assaz miúda conta, pois a custo o pescador consegue aguentar a gorda presa...

Ah! Mas há outra azáfama acolá: fundeada em porto seguro, a barça de vela amainada e amplo toldo na coberta recebe curiosa carga: barris... Que outro produto, aliás, poderia ir de Arruda mares afora? E que outro perigo, senão os naufrágios, poderiam pôr em risco a fonte primordial do rendimento? Por isso, naqueloutro painel se pinta dramática cena de tempestade. Tentam, a muito custo, dois homens salvar alguns destroços. As ondas estão revoltas. O vento sopra veloz. Mais adiante, uma nau adorna... O drama, a dor, os haveres que as águas engolem...

Por cima, junto ao tecto, os motivos simbólicos: o arco e a aljava pejada de setas, numa alusão clara à actividade venatória. Noutro relevo, uma águia expele raios das suas patas – qual Júpiter ao tempo dos Romanos... –, ladeada pelo caduceu de Mercúrio, o deus do Comércio, e o tridente de Neptuno, a divindade dos mares e que pode proteger carregamentos, barcos e gentes...

Toda uma poética, em frescos lavrada. Toda uma vida, em Arte retratada.

OS MONUMENTOS

A igreja matriz

E, por falarmos em Arte, há que falar da igreja matriz, classificada como imóvel de interesse público por força do Decreto n.º 33 587, de 27 de Março de 1944.

Caminhamos para ela no adro empedrado e imaginamos purpúreo tapete longo em dias de festa. A 15 de Agosto, precisamente. Prende-nos, desde logo, a sobriedade branca e larga da fachada como que a resguardar a pérola que é o portal manuelino, exuberante, num hino à vida. Apetece entrar. O azul vivo dos painéis de azulejos: São Cristóvão, possante, de Menino aos ombros; o arcanjo São Miguel lanceando o monstro infernal, gerador de luxúrias e outros pecados infames... Azulejaria de cima a baixo, cobrindo literalmente as paredes, quais colchas rendilhadas, numa profusão...

Sente-se que foram aplicados ali, em mecenática atitude, dinheiros ganhos em vinhas, em exportações, em bons negócios. Para um louvar a Deus e a Sua Mãe!...

Pois, os quadros.

São eles esse reflexo maior.

Primitivos portugueses do mais requintado que já se viu, num eco bem próximo das escolas flamengas na sua melhor produção – que muitos museus bem gostariam de ostentar!...

Escreveu, um dia, Reinaldo dos Santos que se aparentavam com as obras do célebre Garcia Fernandes. Hoje decerto que outros estudos mais aturados haverá, eruditos e qualificados. Para eles remetemos, pois o que ora nos interessa não é a discussão de autorias, de estilos e de escolas: é o facto em si, na sua singela e muito eloquente beleza.

Todo este ciclo da Vida de Nossa Senhora – desde a Anunciação, a Visitação a Sua prima Santa Isabel, o Nascimento do Menino, a Apresentação no Templo, à Dormição e à Assunção aos Céus – são obras de muito valor (a requererem, de resto, melhor resguardo e adequada valorização) que os senhores locais fizeram questão em encomendar a famosos artistas do seu tempo.

Nesse contexto cultural e económico se hão-de, pois, encarar, como sintoma evidente de uma burguesia endinheirada que, mesmo longe (ou aparentemente longe...) dos centros artísticos oficiais, é sensível às correntes vindas de fora, aos temas dominantes na época...

Arruda, na sua igreja matriz, o espelho inopinado de uma população que sempre se manteve atenta, aberta, cosmopolita...

O VINHO

E essa riqueza vinha, incontestavelmente, do vinho. Ontem, como hoje. E as quintas constituem o símbolo maior desse mester.

Não as visitaremos uma a uma – esse é aperitivo que deixamos para o visitante em tempo de férias saborear calmamente. Contemos apenas, em três ou quatro penadas, o que sobre vinhos se deve dizer.

Afirme-se, para já, que o vinho de Arruda constitui, de longe, um dos vinhos correntes mais bebidos em toda a região de Lisboa. «Vinho de taberna» se lhe poderia chamar, epíteto que, para um leigo, assumiria, decerto, uma conotação depreciativa; não o é; declara, ao invés, quanto ele é comumente apreciado.

Como é sabido, um vinho de qualidade distingue-se de um vinho corrente não só por uma sensação mais harmoniosa e agradável na prova, mas também pela capacidade de, pouco a pouco, requintadamente, se aperfeiçoarem as características que o distinguem dos demais. Características devidas a toda uma con-

jugação de factores em que entram, fundamentalmente, o solo, a exposição solar, o clima e as castas.

Em Arruda dos Vinhos, os solos argilocalcários (de que atrás falámos) são extremamente favoráveis ao cultivo da vinha.

Quanto à exposição solar, o acidentado dos terrenos propicia uma localização adequada das cepas e elevado grau de iluminação.

A temperatura da região é amena; a amplitude térmica, diminuta; a humidade, em grau elevado.

Criou-se, em Dezembro de 1954, a Adega Cooperativa de Arruda dos Vinhos, cuja principal função é, obviamente, a de disciplinar a cultura, proporcionando aos associados as melhores condições para uma produção superior. Foi a sua actividade que levou à publicação do Decreto-Lei n.º 331/87, de 27 de Setembro, o qual estabeleceu a zona vitivinícola de Arruda, possibilitando, assim, que alguns dos seus vinhos passassem a ser considerados VQPRD («vinhos de qualidade produzidos em região demarcada»), sob a denominação genérica de Arruda.

Houve, pois, um apuramento das castas, de que, neste momento, se podem assinalar como mais significativas as seguintes:

castas tintas recomendadas: Camarate, Periquita, Preto Martinho e Tinta Miúda;

castas tintas autorizadas: Alicante-Bouselet, Grand-Noir e Tinturier;

castas brancas recomendadas: Arinto, Fernão Pires, Jampal e Vital;

castas brancas autorizadas: Seara Nova e Rabo de Ovelha.

Nascem daqui vinhos tintos robustos, nervosos, vermelho-granada, de sabor e aroma especiais que verdadeiramente os individualizam a nível da produção nacional. Os brancos são leves, de cor citrina ou palha claro, aroma e sabor frutado que lhes conferem agradável final de prova.

Mercê da dedicação e técnica dos vitivinicultores arrudenses, têm sido numerosos os prémios conseguidos, de que se destacam, por países:

Bélgica: 1 medalha de prata;

Checoslováquia: 4 grandes medalhas de ouro, 11 medalhas de ouro e 13 de prata;

Espanha: 1 medalha de ouro;

Inglaterra: 1 medalha de ouro, 21 de prata e 1 taça;

Itália: 24 medalhas de ouro;

Jugoslávia: 19 grandes medalhas de ouro, 26 medalhas de ouro e 31 de prata;

Portugal: 5 medalhas de ouro, 21 de prata e 1 taça.

Actualmente, estão a ser comercializadas as seguintes «etiquetas»: Arruta, Arruda Reserva DOC, Milénio, Arruda DOC, Regional Comenda de Santiago, Vale Quente e D. Elvira Licoroso.

UM CHAFARIZ SINGULAR

Antes de partir, porém, amigo, venha daí connosco ao chafariz. Se calhar, nunca tal vira, em imponência e grandiosidade.

Têm os Arrudenses orgulho na sua igreja, nas suas quintas, no seu vinho; mas o chafariz de época pombalina (segunda metade do século XVIII) é bem o retrato duma outra faceta da terra. A necessidade de água, sim. O local de convívio, à hora de encher os cântaros de levar para casa... O convívio maior é, porém, um outro, por altura das festas anuais.

E ele é ver as gentes empoleiradas ali, que o toiro anda solto na rua, desejoso de pregar cornada valente no primeiro fundilho de calças que apanhar. E o povo incita-o: «Eh! touro!». A tarde está acalorada e a água também lhe apetece. É o delírio, então, quando o bicho galga a parede e salta lá para dentro. Improvisada arena líquida, de muitos banhos, ousadias, gritos, coragens...

A festa em explosão. Um ano de canseiras que, ali, diante da bravura taurina, se tenta desapertar...

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Francisco de Bettencourt, *Apontamentos sobre a Produção Vinícola de Arruda dos Vinhos*, policopiado, 1964.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, «A exportação de vinho durante a primeira dinastia», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 81.^a, n.ºs 1-6 (Janeiro-Junho 1963), Lisboa, 1963, pp. 51-69.
- CASTRO, Armando, «O poder económico-social da ordem de Santiago – séculos XVI a XIX (1834)», *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*, coordenação ISABEL CRISTINA F. FERNANDES e PAULO PACHECO, Coleção Actas & Colóquios, Edições Colibri, Lisboa, 1997, pp. 119-125.
- FERREIRA, Paula e CÂMARA, Paulo, *Arruda: uma Viagem no Tempo*, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, Arruda dos Vinhos, 1999.
- FERREIRA, Paula e CÂMARA, Paulo, *Quintas do Concelho*, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, Arruda dos Vinhos, 2000.
- GIL, Carlos e RODRIGUES, João, *Por Caminhos de Santiago. Itinerários Portugueses para Compostela*, Guias Edições Dom Quixote, Lisboa, 2000, pp. 46-48.
- NABAIS, António, «A vinha e o vinho», *O Trabalho e as Tradições Religiosas no Distrito de Lisboa*, Governo Civil do Distrito de Lisboa, Lisboa, 1991, pp. 133-154.
- VARGAS, José Manuel, «O património das Ordens Militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II», *Ordens Militares – Guerra, Religião, Poder e Cultura*, Coleção Actas e Colóquios, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 106-129.
- VELHO, Fernanda e GIRÃO, Amorim, «O mais antigo censo da população de Portugal (1527)», *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, n.ºs 8 e 9, Coimbra, 1954, pp. 58-68.
- ZBYSZEWSKI, G. e ASSUNÇÃO, C. Torres de, *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da folha 30-D – Alenquer*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1965.



Vista do vale do rio Grande da Pipa



Vista de Arruda dos Vinhos



Vinha na zona do Casal das Antas



Adega Cooperativa de Arruda dos Vinhos



Materiais pré-históricos de Arranhó



Lápide romana do Casal das Pias



Lápide romana de Santiago dos Velhos



Ara romana do Casal do Letrado



Capitel coríntio do Casal do Letrado



Dormente de mó romana do Casal do Letrado



Portal da Igreja Matriz de Arruda dos Vinhos



Igreja Matriz. Aspecto da colunata da nave central



Igreja Matriz. *A Coroação da Virgem*, século XVI



Chafariz, 1789



Solar do Morgado, século XVIII



Solar do Morgado. Salão Nobre. *Marinha*



Solar do Morgado. Salão Nobre. *Marinha*



Solar do Morgado. Salão Nobre. *Azulejo*, finais do século XVIII



Solar do Morgado. Salão Nobre. *Marinha em medalhão*



Forte de São Sebastião ou do Casal do Cego, 1809



Forte de São Sebastião ou do Casal do Cego. Paiol



Estrada militar de Arranhó



Forte da Carvalha. Canhoeira



Estrada militar de Arranhó